

“The Last Ones”

Os Últimos dos Últimos: o genocídio recente de povos indígenas no Brasil

*Felipe Milanez**

*“Morrer sem deixar um sulco, um risco, uma sombra,
A lembrança de uma sombra
Em nenhum coração, em nenhum pensamento,
Em nenhuma epiderme.”
Manoel Bandeira, “A Morte Absoluta”*

Rita tem um sorriso cativante. Não se sabe sua idade - é uma mulher adulta, saudável, entre 45 e 50 anos. Traços firmes num rosto quadrado. Olhos bem delineados e lábios volumosos. Seu sorriso e suas expressões faciais desviam a minha atenção. A boca estica, o olho puxa, vira a cabeça para um lado, depois para o outro. Estamos sentados frente a frente, a sós, numa precária construção de madeira num lugar longínquo na Amazônia. Um fim de mundo entre os estados do Mato Grosso e Amazonas. Ela mostra os dentes e ri solta, animada. Dá vontade de rir também. Rir de dentro. Rir de sua risada que contagia de alegria. E dou um sorriso bobo. Ela fecha o rosto, logo em seguida. Não entendo, e não acompanho. Sigo rindo. A comunicação é difícil. Quero que Rita se sinta a vontade para falar comigo. Longe de pessoas conhecidas e funcionários públicos que nos acompanham nesta expedição. Rita fala a minha língua com dificuldade. E eu nada da dela, o tupí-kawahíb. Entre as coisas que conta, ela altera sorrisos e expressões de profunda tristeza sem que estejam diretamente ligadas ao significado de suas palavras. Os gestos faciais são desconectados do que diz, como se as palavras em português não tivessem o

mesmo sentido de realidade. É uma entrevista tensa, disfarçada por sua simpatia. Ficamos assim por mais de uma hora.

Ouçõ as palavras mais horríveis que jamais imaginei sair da boca de alguma pessoa. Rita, índia *Piripkura*, é sobrevivente do crime de genocídio. Matadores invadindo a aldeia numa surpresa noturna, atirando para todo o lado. Gente sendo morta na bala e no porrete. Gritaria, muita correria. Desespero. Invasões de homens armados caçando sua família como bicho. Pai decapitado; crianças, velhos e todo mundo da tribo decapitados e depois queimados. Tiros na aldeia; tiro na tia que dormia na rede – e ficou morta lá mesmo até ser queimada pelo incêndio na aldeia. Ameaças contra ela. Estupros seguidos. A vida vagando solitária, em um mundo ao qual não pertence, e sem perspectiva.

Até encontrar, há pouco mais de um ano, dois homens de seu povo na floresta, *Tucan* e *Monde-í*, Rita era considerada a única sobrevivente destes massacres – foram diversos ataques enquanto vivia na floresta, além do sofrimento posterior. O encontro foi o resultado de buscas incessantes e expedições pela floresta organizada pela FUNAI (agência brasileira oficial de proteção aos índios), chefiadas por um experiente sertanista, Jair Candor. Por enquanto, sabe-se que três sobreviveram. Esse foi um genocídio a mais praticado na Amazônia brasileira, possivelmente entre outros que aconteceram desde o início da frente de colonização para esta região, no período da ditadura militar (1964-1986), e após a construção de Brasília, a nova capital. Os massacres contra os Piripkura e outros povos indígenas tiveram início em sua maioria no final dos anos 1970. Duram até hoje, com menor intensidade, mas não menos brutalidade. Pequenos grupos, sobreviventes de ataques recentes, ainda vagam e se escondem, rechaçando o contato com a sociedade envolvente, e disputando espaço com madeireiros.

Pai, mãe, avô, avó, tio, primo, prima, marido. Rita conta várias pessoas próximas a ela que se foram antes que fosse parar numa fazenda, em 1984, e perder o contato com sua tribo. Lembra-se de algumas festas, de seu casamento, de coisas que aconteciam em um

povo grande, com muitas casas e muitas pessoas. Talvez ainda haja alguns escondidos na floresta, como foi o caso de *Tucan* e *Monde-í*. Rita sempre pensou que não tivesse sobrado ninguém, por mais de 20 anos. E ela, nascida em um povo quase desconhecido por nós, e que outros índios de povos vizinhos chamam tradicionalmente de "*piripkura*" ("borboleta"), foi forçada ao convívio com nossa sociedade. Teve a pior recepção possível. Foi escrava de peões de uma fazenda madeireira, onde prestava serviços sexuais e de casa; era maltratada nas cidades em que passou; e, privada da existência de seu povo, foi casada com índios de outra tribo para que cuidassem de sua vida.

Talvez fosse o local da nossa conversa que a transtornava: a fazenda onde Rita havia vivido experiências traumáticas, antes de ser resgatada pela FUNAI. Pouco antes de conhecer Rita, eu havia experimentado a sensação de estar frente a frente com uma sobrevivente do crime mais brutal da humanidade, o genocídio. Não me sentia preparado para enfrentar uma realidade que, no Brasil, é escondida ou ignorada. Genocídio, segundo definição da ONU, é a intenção de destruir um povo. Os grupos indígenas se encaixam na definição de povo. Compartilham um sentimento de união e de identidade. E possuem língua, culturas e formas de vida próprias.

Assustados com os horrores da Segunda Guerra Mundial, os países membros da ONU decidiram assinar uma convenção para evitar que se repetisse tamanha brutalidade como o Holocausto, "*para libertar a humanidade de flagelo tão odioso*". Em 1948, foi instituída a "*Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio*". Genocídio é a intenção, que pode ser concretizada de diversas formas, de destruir, no todo ou em parte, um determinado grupo étnico ou nacional. Isso inclui matar ou causar graves lesões. A família de Rita foi morta por ser indígena e por ocupar um território que era reivindicado por madeireiros.

Há menos de mil quilômetros da fazenda onde encontrei Rita, o que é relativamente pouco para as proporções amazônicas, passei uma tarde brincando com o pequeno *Bakwa*,

um índio *Kanoê* com sete anos. É uma criança linda. Brinca de atirar flechas com seu tio *Purá*, que lhe ensina a arte da caça, e recebe colo e carinho de sua mãe, *Tiramantu*. Essa é toda a sua família. E esse é todo o seu povo. Não sobrou mais ninguém. Talvez consiga casar com uma menina de outra tribo, os *Akuntsú*, se tiver sorte.

Os *Akuntsú* são uma pequena tribo que ocupa o mesmo pedaço de terra que eles, a Terra Indígena Omerê, com cerca de 40 mil hectares. Os *Akuntsú* são seis índios. Dá para contar nos dedos quem sobrou. Até poucos anos atrás era um povo grande, que dominava um vasto território. Hoje há o simpático *Popak*, com uns 40 anos, que veste uma calcinha como se portasse um belo traje, sem se dar conta do que a roupa de baixo é para nós. É brincalhão e divertido. Fala rápido, usa as mãos para gestos e mímicas. Faz cara feia na hora em que eu aponto uma cicatriz nas suas costas: marca de um tiro que levou quando a tribo foi atacada. Isso lhe traz lembranças terríveis, percebe-se em sua expressão. *Konibu* é um senhor com uns 60 anos, o líder do grupo, xamã, que gosta de cheirar rapé. Além deles, há a mulher de *Konibu*, duas filhas e uma senhora velha, porém ágil na mata.

Estes dois povos vizinhos têm o sentimento de que compartilham uma ilha deserta, como sobreviventes de um naufrágio numa ficção científica, rodeados por dinossauros sanguinários. *Konibu* acha que os brancos que atacaram seu povo devem ter comido seus corpos, tão violentos eram. Não existe entre eles a perspectiva de uma próxima geração. E viver é uma fatalidade. Nada mais do que aguardar a chegada da mesma morte que se abateu sobre todas as pessoas que conheciam.

Assim como os *Akuntsú*, *Kanoê* e *Piripkura*, o Brasil convive com mais algumas situações em que poucos indivíduos de povos massacrados, com alguma força de vida aparentemente descomunal, teimaram em sobreviver. Os *Avá-Canoeiro* formam uma pequena família localizada a algumas horas de carro de Brasília. Foram atacados por um grupo armado no final dos anos 1970 e passaram anos vivendo escondidos em cavernas, comendo morcego e saindo apenas a noite, tal era o medo de toparem novamente com os

brancos invasores. Pelas descrições que fazem hoje, depois de estabelecida a paz oficial com o governo brasileiro, é possível que fosse alguma força militar ou a polícia estadual.

Mais estranha e misteriosa é a situação de dois homens que vivem no Maranhão. *Auré e Aura*, como são chamados, hoje habitam próximo de uma aldeia de índios *Awá-Guajá*. Certo dia, no início dos anos 1990, eles apareceram na casa de um rancheiro a 200 km da cidade de Marabá, no Pará. Estavam pelados. Falando uma língua estranha. Com arco e flecha na mão. O governo brasileiro pegou os dois, pensando que fossem da tribo *Awá-Guajá*, e os largaram junto deles. Nada mais fez. Sequer foram atrás de outros sobreviventes, ou conseguiram desvendar o mistério do aparecimento de duas pessoas sem povo, sem nação. No sul do Amazonas, próximo à capital Porto Velho, há um velho senhor, de um grupo que se chama *Juma*, e suas duas filhas. Sem quaisquer perspectivas, acabaram juntando-se a outra tribo, que fala a sua língua, os *Uru-Eu-Wau-Wau*, para casarem e formarem um novo grupo.

Essa gente é, no fundo, o mal estar em pessoa para a sociedade brasileira. São como monumentos vivos de nossa barbárie. Parecem estátuas de antigos mártires, pichadas e servindo de poleiro de pombos numa praça velha no centro de uma cidade. Fantasmas vivos que não se vão. Eles são as vítimas mais sofridas do atroz crime de genocídio. Mas a sociedade brasileira finge não existirem. Nem o crime, nem os sobreviventes. O cineasta Vincent Carelli passou 20 anos de sua vida investigando o massacre dos índios *Akuntsú*, ocorrido em 1984. Conseguiu reunir um material que mostra a atuação de fazendeiros, com depoimentos de trabalhadores que fizeram os serviços, e o cinismo de advogados que os defendiam. Não deu em nada, além do belo filme *Corumbiara*. Pior. Dez anos depois, presenciou um novo massacre, com outro grupo, próximo aos *Akuntsú*. Junto de sertanistas, descobriu um homem que vive sozinho. Suspeita-se que sua tribo tenha sido envenenada por arsênico misturado a açúcar e depois atacada por peões da fazenda madeireira Modelo, em 1995. Além do choque e revolta que as histórias provocam, a sensação é de impunidade.

"Ninguém foi para cadeia. Nem sequer indiciado", diz Marcelo dos Santos, o sertanista que fez contato com os índios e organizou uma busca por culpados. "Nenhum daqueles bandidos", diz. Santos sofreu ameaças, e por pouco não foi "comido vivo", como se diz em Rondônia. Ele prefere não dizer nomes, mas em Chupinguaia, ou Corumbiara, cidades da região, são suspeitos de envolvimento Antenor Duarte, Antônio Junqueira Vilela, o ex-senador Almir Lando e os irmãos Dalafini, da fazenda Modelo, por serem os proprietários das fazendas onde os índios viviam. "No final ninguém foi preso, e só nós nos demos mal, com leishmanioses e mazelas decorrentes daquele tempo de mato", medita Santos.

Tentar salvar os índios e resolver burocracias são questões que ocupam o pensamento de Leonardo Lênin, um jovem e ativo sertanista da FUNAI. Sua função é vasculhar a terra onde podem estar alguns remanescentes dos *Piripkura*, na esperança de encontrar mais sobreviventes. E garantir que os dois encontrados, parentes de Rita, não sejam mortos por madeireiros. Um trabalho ingrato. Também um tanto arriscado. Ele recolhe provas no campo da existência dos índios. *"Dia desses um funcionário de uma fazenda veio nos dizer que um dos índios estava morto. Na mesma hora demos início às buscas, mas conseguimos descobrir que está vivo", diz Lênin. Era um boato, em tom de ameaça.*

Caracterizar um crime de genocídio, definindo culpados e penas a serem cumpridas, é um verdadeiro nó na cabeça de autoridades. O sistema jurídico, que na Amazônia mais funciona como um sistema político de influência de coronéis locais, tem dificuldades para aplicar leis. Os mandantes são madeireiros, garimpeiros, seringalistas, fazendeiros. Gente com dinheiro e influência política local. Sabemos que há vítimas. Elas estão vivas, como *Rita, Konibu, Purá.*

Descobrir evidências que levem aos autores destes massacres recentes é possível. O que trava é o processo criminal enrolado. Quando conheci Rita em Colniza, uma violenta cidade no norte do Mato Grosso, fui surpreendido em um restaurante por um madeireiro,

Julio Pinto. Seu pai, Renato Pinto, chegou a ir para a cadeia, com mais outras 70 pessoas, acusadas de matar ou mandar matar índios *Piripkura* que viviam em suas terras - parentes de Rita. Não tardou para todos serem liberados – e o processo contra eles até hoje não foi instaurado. Julio, na mesa em que compartilhávamos, afirmou, com um ar um tanto soberbo, que *"nunca viu índio naquela região"*. Outro comparsa de Julio, ao menos na peça acusatória feita pelo Ministério Público que inclui dezenas de nomes, seria o madeireiro Luiz Durski e sua mulher, proprietários de fazendas aonde viviam os índios. Também reverteram rapidamente a ordem de prisão. Sobre este episódio, um confiante Durski me disse, numa entrevista feita em São Paulo, onde estava de passagem a negócios, que tinha certeza de que se tratava de *"maluquice"* do procurador federal, Mário Lúcio Avelar. Durski também dizia nunca ter visto um índio.

A maluquice de procuradores como Avelar por vezes conseguiu colocar criminosos atrás das grades. Muitos executores destes massacres ainda estão vivos ou morreram recentemente. Mas nem todos os casos ficaram impunes. *"A questão é o tempo"*, explica a indigenista Maria Inês Hargreaves. *"Às vezes demora tanto que ou o processo prescreve, ou o acusado morre"*.

Em 1993, 22 garimpeiros foram acusados de executar 12 índios *Yanomami* da comunidade *Haximu*, na serra Parima (próxima à fronteira com a Venezuela), em Roraima. A chacina, conhecida como Massacre de Haximu, foi confirmada como crime de genocídio pelo Supremo Tribunal Federal. Os culpados também foram condenados por outros delitos, como contrabando e garimpo ilegal. Também em conflito por espaço com os índios, o cruel seringalista Manoel Lucindo foi condenado em 1994 pelo crime de genocídio. Lucindo chefiou diversos massacres contra o povo *Oro Win*, que atualmente vive na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. O mesmo destino teve o madeireiro Oscar de Almeida Castelo Branco, condenado em 2001 como mandante do genocídio de índios *Tikuna* no Amazonas, mas que depois veio a ser absolvido pelo tribunal de recursos. Esse massacre também é conhecido como *Massacre do Capacete*, e ocorreu em março de 1988 na região do alto rio Solimões.

Quatro pessoas morreram na hora, dezenove ficaram feridas e dez desapareceram nas águas do Solimões.

Há ainda outros casos em que houve tentativas de se punir a barbárie. Povos que sobreviveram unidos e tiveram forças para provocar uma reação pública. São grupos grandes e fortes, como os Tikuna e os Yanomami. O problema são os massacres que alcançaram destruir totalmente um povo. Quem sobrou não tem forças para gritar por justiça. E isso mais se aproxima de uma histeria coletiva, tal é o absurdo. É o que pensei quando olhei para o sorriso de Rita, logo depois de outra expressão de indagação seguida por uma de tristeza. Suas expressões faciais mudam rapidamente. Também imaginei ser um ato de loucura, ou de realismo fantástico, quando *Tiramantu* pegou na minha mão, em sua aldeia. Aquela bela mulher é tratada como um monumento do passado, sem futuro. Esticou meu braço, virou a palma para cima, e decidiu amarrar em meu pulso uma bela pulseira feita por ela mesma.

Seu olhar é fundo, sério. Não vejo brilho nos olhos, a boca está cerrada. Bakwa está na areia ao lado, jogando flechas ao alto com seu tio *Purá*. *Tiramantu* passa a mão em minha mão. Não diz uma palavra. Seu silêncio não é constrangedor, ao contrário. Parece querer conversar, sem usar palavras ou os olhos, só pelo toque. Sou visto como um amigo, pois sou amigo dos amigos que estão por ali, o pessoal da FUNAI, e não dos "outros", os assassinos, entre diversas conotações que isso pode significar a ela. *Tiramantu* olha para *Bakwa*, depois termina o laço em meu pulso. Não sei se quer me dizer alguma coisa, perguntar por que matamos todo mundo e fizemos essa desgraça com seu povo. O silêncio repulsa mais do que palavras. E em nome de meu povo, se sou do mesmo povo dos genocidas, e na impossibilidade de puní-los, sinto vontade de pedir desculpas.

Felipe Milanez é jornalista, especializado em questões indígenas e ambientais, atualmente editor da Revista National Geographic Brasil. Texto original e integral gentilmente cedido pelo autor: uma versão resumida foi publicada, em inglês e outras línguas, pelas edições internacionais da Revista Vice, sob o título "Plowboys and Indians", nas edições de maio/2009: <http://www.viceland.com/int/v16n5/htdocs/plowboys-and-indians-873.php>